

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**R E Q U E R I M E N T O N º , D E 2 0 0 8
(Da Sra. JUSMARI OLIVEIRA)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater os problemas que envolvem a Cultura e Indústria do Fumo no Brasil.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública para debater os problemas que envolvem a Cultura e Indústria do Fumo no Brasil, onde sugerimos que sejam convidados para este debate, o Presidente da Câmara Setorial do Fumo do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Sr. Romeu Schneider, o delegado permanente do SINDFUMO/BA, o Sr. Antônio Lício; a Presidente da SINTIFA, A Sra. Josenita Salomão, um representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, um representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

JUSTIFICATIVA:

Nobres colegas desta Comissão de Agricultura Pecuária e Abastecimento Rural – CAPAR, O fumo é cultivado em 37 municípios baianos, entre os quais 11 estão situados no Recôncavo. Esses últimos somam 70% da produção do Estado e Cruz das Almas corresponde a aproximadamente, 20% do total.

A Bahia produz em torno de 11 mil toneladas de fumo ao ano, oscilando as exportações entre 4 e 5 mil toneladas. O valor da produção é de quase 40 milhões de reais e as exportações alcançam cerca de 50 milhões.

O setor ocupa 16 mil produtores e mais de 23 mil pessoas estão empregadas na indústria. Gera 56 mil empregados diretos e indiretos e dá sustento a 250 mil pessoas. Há de acrescentar a população que se beneficia, de uma forma ou outra, da riqueza do fumo, pelas atividades anexas: comércio de alimentação, roupas e calçados, construção civil, energia, transporte etc. no total, são 190 mil empregos e 700 mil pessoas relacionados, de perto ou de longe, com a atividade fumageira.

A indústria se concentra em Cruz das Almas com quatro empresas

exportadoras e uma dezena de fábricas de charutos e cigarrilhas. O maior problema dessa indústria está na fiscalização. Quase todas são pequenas empresas, registradas no “simples” e não podem ultrapassar um teto de produção sob pena de pagar o IPI. Por causa disso, elas não puderam se aproveitar do forte aumento da demanda por charutos no exterior, nos últimos dez anos, deixando os mercados na mão de Cuba ou da República Dominicana. A última reforma fiscal acarretou um aumento de 40% da carga tributária. Além do mais, o charuto da Bahia paga altos impostos de importação na Europa enquanto o cubano entra no Brasil isento de tributos, tornando-se mais barato e constituindo uma concorrência desleal ao nosso produto no mercado nacional.

É importante ressaltar, nobres colegas, que a Bahia, há algumas décadas atrás, produzia mais de 100 milhões de unidades de charutos e cigarrilhas, entretanto, em 2006, saíram das fábricas apenas 5 milhões de charutos e 13 milhões de cigarrilhas.

Deste modo, faz-se necessária urgente mudança na legislação tributária de incentivo fiscal bem como de exportação, todavia, a realidade se mostra ainda mais negativa, tendo em vista que o fumo foi excluído do novo sistema de arrecadação de impostos conhecidos como “supersimples”.

Por todo o exposto, se faz necessário a realização de Audiência Pública, para discutirmos de modo profícuo os problemas que envolvem a Cultura e da Indústria do Fumo no Brasil, como fonte direta de geração de emprego e renda, fomentando indubitavelmente o comércio da região.

Sala da Comissão, em de Abril de 2008.

JUSMARI OLIVEIRA
Deputada Federal (PR-BA)